



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ  
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

## **SUBSTITUTIVO Nº 1**

### **AO PROJETO DE LEI N. 16.670/2023.**

**A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,**

**APROVA:**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio acessível, na forma que especifica.**

**Art. 1.º** Fica instituída a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio acessível, podendo ser em braile e fonte ampliada, em todos os estabelecimentos que comercializam refeições e lanches, como hotéis, motéis, bares, restaurantes, lanchonetes, praças de alimentação e afins, para atendimento às pessoas com deficiência visual.

§ 1.º Cada estabelecimento deverá conter pelo menos 1 (um) cardápio acessível.

§ 2.º Estão excluídos da obrigação prevista nesta Lei os estabelecimentos que prestem serviços de *buffet* e os que ofereçam prato único.

**Art. 2.º** Para os fins desta Lei, considera-se acessível o cardápio:

I – em braile;

II – em caracteres ampliados;

III - em qualquer meio que possa ser acessado de forma digital, em áudio descrição através de aparelho digital.

**Art. 3.º** No cardápio acessível deverão constar, no mínimo, as mesmas informações constantes do cardápio convencional.

**Art. 4.º** Os cardápios disponibilizados às pessoas com deficiência deverão ser atualizados sempre que houver quaisquer alterações de nomes ou valores dos produtos ou serviços ofertados.

**Art. 5.º** Os estabelecimentos mencionados no art. 1.º desta Lei deverão afixar material informativo sobre a obrigação contida nesta Lei.

§ 1.º O material informativo deverá ser afixado em local de fácil visualização, grafado com letras e caracteres legíveis.

§ 2.º O material informativo deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes dizeres: "ESTE ESTABELECIMENTO POSSUI CARDÁPIO ACESSÍVEL".

§ 3.º A numeração da presente Lei deverá ser indicada na parte inferior direita do material informativo.

**Art. 6.º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, especialmente no que se refere à sua fiscalização e sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor 100 (cem) dias após a data de sua publicação.

**Plenário Vereador Ulisses Bruder, 02 de outubro de 2023.**

**ANA LÚCIA RODRIGUES**  
Vereadora-Autora



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Rodrigues, Vereadora**, em 04/10/2023, às 14:15, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0313595** e o código CRC **8936091C**.

---